

Nossos objetivos mais amplos são a defesa da democracia, da justiça social e ambiental, dos direitos humanos, de uma distribuição de renda e de qualidade de vida mais eqüitativa, a preservação do meio ambiente, o uso dos recursos naturais com os devidos cuidados, sem desperdícios e em benefício das populações nacionais, a limitação dos monocultivos com a adoção de diversificação produtiva, o fortalecimento econômico e político da produção familiar, a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores do campo e das cidades, e a segurança e soberania alimentar de todos os povos. Com isso, no Brasil, e na América Latina, em especial, esperamos estar contribuindo para a implantação de um novo modo de vida, com maior respeito à população e à Natureza.

A soja tornou-se, nos últimos 30 anos, o principal produto de exportação agrícola do Brasil, graças ao desenvolvimento de uma tecnologia que incorporou o Cerrado brasileiro à agricultura comercial e propiciou simultaneamente a maior e mais rápida devastação ambiental já ocorrida em nosso país. Por essa razão, ela ocupa o centro de nossas atenções neste momento. Além disso, seus resultados econômicos relevantes para a Balança Comercial brasileira fizeram com que a sociedade brasileira fosse pouco informada acerca de seus impactos negativos ambientais, sociais, culturais e econômicos desse processo.

A histórica concentração da terra se amplia na produção da soja dada a necessidade de elevar as escalas de produção frente à crescente queda nas margens de lucro dos produtores. Além disso, temos de enfrentar também a face “moderna” do agronegócio: as transnacionais concentram de maneira crescente o controle sobre a produção agropecuária, desde a produção de sementes até a comercialização do produto final, incluindo aí o financiamento à produção.

Dadas a velocidade do desmatamento no Cerrado, a tecnologia disponibilizada e constantemente modernizada, os fartos recursos colocados à disposição do agronegócio e a incapacidade/indiferença dos governos em aplicar mecanismos de comando e controle que limitem essa expansão e destruição da natureza e de comunidades tradicionais, estas transformações estão se dando cada vez mais rapidamente. Por isso, incluímos em nossas estratégias ações que representam instrumentos de transição, a começar pela pressão cidadã e de consumidores sobre os grandes atores que controlam o agronegócio do Brasil.

Tais ações incluem, entre outras, a cobrança do respeito à legislação e a adoção de medidas que vão mais além na defesa das populações e do meio ambiente, a utilização dos recursos públicos em benefício da agricultura familiar e dos pequenos produtores, e limitações ao apoio à expansão do modelo agroexportador, profundas mudanças das políticas governamentais, das federais às municipais.

Especificamente em relação à soja, defendemos posições já amadurecidas ao longo do debate que vimos desenvolvendo, que inclui ONGs e movimentos sociais: não à soja na Amazônia, não ao desmatamento do Cerrado, maior apoio à agricultura familiar da soja no Sul do país. Apoio às

populações prejudicadas pela expansão do agronegócio, responsabilização pela preservação e recuperação do território e da biodiversidade.

O debate que realizamos sobre a questão da soja demonstrou que não há como pensar em “produção sustentável”. Grandes extensões em monocultivos só podem ser transformadas em “produção com menores impactos negativos”. O uso da palavra “sustentável” gera uma expectativa que, com toda certeza, será praticamente impossível de ser alcançada pela grande produção de soja. Com este enunciado entende-se que fica mais claro a todos o que se pretende alcançar: reduzir os impactos ambientais e sociais da produção de volumes significativos (com relação à produção mundial) de soja.

Através de ações que visam colocar sob controle social sua expansão, de forma a reduzir ao máximo seus impactos negativos sobre populações e meio ambiente, estamos na verdade enfrentando o histórico modelo agroexportador brasileiro e suas danosas conseqüências, já de há muito tempo conhecidas. Esta iniciativa soma-se a inúmeras outras, desenvolvidas na mesma direção por movimentos sociais e ONGs no Brasil e no mundo.

Os critérios desenvolvidos em nosso debate até o momento destinam-se a servir de base a um processo de pressão/diálogo que leve as grandes empresas comercializadoras a os adotarem como suas responsabilidades sociais empresariais. O seu efeito “para trás” na cadeia de fornecedores irá reorientar o processo produtivo da soja, com a adoção dos critérios propostos;

Além disso, propugnamos e defendemos que os compradores devam adotar os critérios gerais para todas suas compras, independentemente do país de origem da produção (e não apenas para o Brasil e outros países da América do Sul). A adoção dos critérios propostos apenas para produção oriunda de nosso país ou de países vizinhos geraria uma discriminação e “penalização” que não podemos aceitar, tanto por razões políticas e econômicas quanto por coerência com valores éticos: nada adiantaria reduzir o desmatamento em nosso país se estaríamos indiretamente incentivando-o em outros países. O mesmo pode-se dizer quanto às questões sociais. Trata-se de um produto – soja – que é um bem uniforme transacionado mundialmente (*commodity*), e por coerência os critérios propostos também devem ser aplicados globalmente. Se um país ou região ficar fora dessa aplicação nele(a) haverá, com certeza, um aumento de produção decorrente da “vantagem” econômica de externalizar custos ambientais e sociais, e para lá estaríamos “exportando” problemas ambientais e sociais, o que não faz sentido.

Sempre tendo como marco referencial este conjunto de princípios, devem ser postas em prática ações de caráter emergencial, caracterizadas como mecanismos de transição para um novo arranjo produtivo, que busquem frear de imediato a devastação. Elas incluem o estabelecimento de critérios para compra de soja, e devem ser utilizados também como instrumentos de denúncia (ou seja, explorar o “de onde e de quem não comprar”). Estes critérios devem ser dinâmicos e, dado seu caráter polêmico, submetidos a um amplo e permanente processo de consulta às organizações da sociedade civil.